

**Direito Administrativo****Questão 1:** Unifil - OAd (Pref Ângulo)/Pref Ângulo/2020**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Conforme disposto na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Dos Recursos Administrativos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.
- II.** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- III.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- IV.** Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

- a) Somente uma assertiva está correta.
- b) Somente duas assertivas estão corretas.
- c) Somente três assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1182554**Questão 2:** IBADE - APG (IPVV)/IPVV/Administrativo/2020**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Considerando o art. 109 da Lei n.8.666/93 que dispõe sobre os recursos administrativos cabíveis e o seu prazo para interposição, assinale a alternativa correta:

- a) Cabe recurso em sentido estrito ou hierárquico da anulação ou revogação da licitação no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata
- b) Cabe representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico
- c) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 8 (oito) dias úteis
- d) Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos para interposição de recursos serão de 3 (três) dias úteis
- e) Cabe pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4o do art. 87 desta Lei, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da intimação do ato

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1211889**Questão 3:** FCC - AGA (Pref Recife)/Pref Recife/2019**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Suponha que, em uma licitação na modalidade tomada de preços, determinado licitante tenha sido inabilitado eis que, no entendimento da comissão de licitação, havia inconsistência na documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, da decisão de inabilitação

- a) cabe impugnação, mediante pedido de reconsideração ou recurso, ambos no prazo de 2 dias úteis, vedada atribuição de efeito suspensivo.
- b) não cabe recurso administrativo ou pedido de reconsideração, de molde que eventual irrisignação somente pode ser oposta judicialmente.
- c) cabe apenas pedido de reconsideração, no prazo de 2 dias úteis a partir da ciência inequívoca do interessado, com efeito suspensivo.
- d) cabe recurso, no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da publicação do resultado da fase de habilitação no Diário Oficial, ao qual poderá, a critério do Presidente da Comissão de Licitação, ser dado efeito suspensivo.
- e) cabe recurso com efeito suspensivo, no prazo de 5 dias úteis a partir da intimação do ato ou da lavratura da ata, neste caso se presente o preposto do licitante.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/758307**Questão 4:** IBFC - Ass Tec (IDAM)/IDAM/2019**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)No processo licitatório é garantido aos licitantes o direito de petição e o direito de recurso. Nesse sentido, assinale a alternativa **correta**.

- a) O direito de recorrer é garantido a cada término de fase nos procedimentos de licitação, vedada concessão de efeito suspensivo como forma de tutelar o princípio licitatório
- b) O recurso apresentado pelo licitante nas hipóteses de inabilitação, desclassificação da proposta e indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos
- c) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade, de acordo com a lei, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação
- d) O recurso administrativo interposto da decisão que julga as propostas não tem efeito suspensivo

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/861116

Questão 5: IDECAN - PEBTT (IF PB)/IF PB/Infraestrutura Construção Civil/2019**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

O art. 109 das Lei de Licitações, trata dos recursos administrativos, com prazo a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos de, por exemplo, habilitação ou inabilitação do licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação. Este prazo que determina este artigo é de

- a) 10 dias úteis.
- b) 15 dias corridos.
- c) 5 dias úteis.
- d) 15 dias úteis.
- e) 5 dias corridos.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1045311**Questão 6:** SELECON - Eng Clin (ECSP)/ECSP/2019**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

No procedimento de licitação, o recurso administrativo:

- a) cabe apenas nas decisões em que evidentemente se feriu um ou mais princípios referentes à licitação
- b) é previsto na Lei nº 8.666/93, mas apenas nas modalidades de recurso, representação e pedido de reconsideração
- c) tem prazo igual ao recurso de apelação no juízo cível, devendo ser interposto em 5 dias e apresentadas suas razões em 10 dias
- d) é previsto na Lei 7.210, mas apenas nas modalidades de recurso e pedido de reconsideração

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1057176**Questão 7:** IBFC - Gest (Cruzeiro Sul)/Pref Cruzeiro do Sul/Público/2019**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Referente aos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.

- a) Recurso, no prazo de 7 (sete) dias a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: habilitação ou inabilitação do licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, rescisão do contrato e aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa
- b) Pedido de Representação, de decisão de Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato
- c) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, de que não caiba recurso hierárquico
- d) Pedido de Reconsideração, no prazo de 8 (oito) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, de que não caiba recurso hierárquico

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1115362**Questão 8:** VUNESP - Proc Leg (CM Mauá)/CM Mauá/2019**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A respeito das disposições processuais (administrativa e judicial) constantes da Lei no 8.666/93, é correto afirmar que

- a) a apuração dos crimes nela previstos compete ao Ministério Público, mas depende de provocação dos órgãos administrativos integrantes do sistema de controle interno.
- b) no processo e julgamento dos crimes nela previstos, finda a instrução, em regra, as alegações finais serão orais e, apenas em caso de comprovada complexidade, conceder-se-á às partes prazo para apresentação, por escrito.
- c) da sentença que julgar os crimes nela previstos caberá apelação, a ser interposta no prazo de 2 dias, sendo facultado apresentar as razões de recurso no órgão colegiado.
- d) o recurso interposto contra o ato administrativo de julgamento de propostas terá efeito suspensivo; já ao interposto contra o indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral poderá ser atribuído efeito suspensivo.
- e) contra os atos administrativos de habilitação ou inabilitação de licitante, aplicação de pena de advertência, suspensão temporária e multa, cabe pedido de reconsideração, a ser interposto no prazo de 05 dias.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1130687**Questão 9:** FCC - AnaT (DETRAN MA)/DETRAN MA/2018**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Durante um procedimento de licitação no âmbito de um determinado município, um dos participantes do certame impugnou a decisão que habilitou os licitantes, aduzindo que um deles não preencheria os requisitos constantes do edital para tanto. A apreciação do recurso decidiu pelo indeferimento do pleito, ensejando o prosseguimento do procedimento de licitação. O Prefeito discordou da decisão da comissão de licitação e reverteu o ato, acolhendo o novo recurso do licitante. A conduta do Prefeito

- a) é expressão de seu poder hierárquico, que se sobrepõe a todos os atos praticados pelos seus subordinados, independentemente de se tratar de competência privativa ou exclusiva dos mesmos.
- b) equivale a análise de recurso hierárquico impróprio, que dispensa previsão legal e autoriza a revisão de decisão de seus subordinados, de ofício ou mediante provocação de qualquer interessado.
- c) excedeu seu poder normativo, na medida em que a decisão consiste, em verdade, em ato normativo de efeitos concretos, o que não encontra fundamento legal.
- d) é inerente ao cargo ocupado, tendo em vista que é sempre do Chefe do Executivo, independentemente de previsão legal, a competência para autorizar, revogar ou anular os procedimentos de licitação municipais.
- e) pode ser válida no caso de haver previsão, no edital, da competência do chefe do Executivo para análise de recursos dos licitantes contra decisões no âmbito da comissão de licitação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/614384

Questão 10: FCC - AJ TRT15/TRT 15/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Determinada comissão de licitação divulgou a classificação das propostas apresentadas em determinado procedimento. O licitante classificado em segundo lugar, convicto de que o primeiro colocado apresentou proposta inexequível,

- a) deverá apresentar recurso administrativo contra a decisão da comissão de licitação, ouvindo-se o primeiro colocado em contraditório, para então ser apreciado o recurso.
- b) poderá impetrar mandado de segurança contra ato do presidente da comissão de licitação, em razão da proposta inexequível, não sendo obrigatória prévia apresentação de recurso administrativo.
- c) poderá impetrar mandado de segurança contra ato do licitante classificado em 1º lugar, comprovando, de plano, a inexequibilidade da proposta apresentada.
- d) deverá aguardar a homologação da licitação para recorrer da decisão final da comissão de licitação ou para impetrar Mandado de Segurança contra a autoridade imediatamente superior.
- e) poderá apresentar impugnação junto ao Tribunal de Contas para que este determine a desclassificação da proposta inexequível, sob pena de perder a anulação da licitação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/664647**Questão 11:** FCC - AT (SP Parcerias)/SP Parcerias/2018**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Aos licitantes é concedido direito de apresentação de recurso

- a) contra as decisões proferidas nos procedimentos de licitação que possam interferir em sua esfera de direitos, conferindo se efeito suspensivo em algumas hipóteses, como aqueles apresentados contra o julgamento de propostas.
- b) contra a decisão de habilitação ou inabilitação dos licitantes, nos procedimentos de concorrência ou leilão, cuja apreciação se dará após o julgamento do certame.
- c) contra as decisões proferidas em cada uma das fases do procedimento licitatório, seja quando se trata de concorrência, seja nos casos de pregão.
- d) com concessão de efeito suspensivo, tanto nos procedimentos de concorrência, quanto de pregão.
- e) a cada término de fase nos procedimentos de licitação, vedada concessão de efeito suspensivo como forma de tutelar o princípio licitatório.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/725224**Questão 12:** FEPESE - Adv (VISAN)/VISAN/2018**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)É **correto** afirmar sobre os recursos em licitações:

- a) Na modalidade de carta-convite, é de dois dias úteis o prazo para os licitantes impugnarem recurso interposto.
- b) O prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração será de cinco dias úteis e se inicia a partir da vista franqueada ao interessado.
- c) Em razão do princípio da razoável duração do processo administrativo, nenhum recurso contra atos praticados em licitações é dotado de efeito suspensivo.
- d) O ato administrativo que não caiba recurso próprio poderá ser impugnado por meio de pedido de reconsideração, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.
- e) O recurso será dirigido a quem praticou o ato recorrido, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou, mantendo-a, remeter à autoridade superior para deliberação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/733756**Questão 13:** CESGRANRIO - Prof (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/Direito/Júnior/2018**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Nos termos da Lei nº 8.666/1993 dos atos da Administração, cabe recurso, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante, no prazo de

- a) cinco dias úteis
- b) dez dias úteis
- c) quinze dias úteis
- d) vinte dias úteis
- e) trinta dias úteis

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/836066**Questão 14:** IBFC - Tec Reg (AGERBA)/AGERBA/2017**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Considerando as disposições expressas e precisas da lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, assinale a alternativa correta sobre os recursos administrativos.

- a) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de julgamento das propostas, inclusive, tratando-se de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite"
- b) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante, exceto, tratando-se de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite"
- c) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de anulação ou revogação da licitação, inclusive, tratando-se de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite"
- d) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe representação, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento
- e) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/450331**Questão 15:** IADES - Ana I (CRF DF)/CRF DF/Administrador/2017

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

O artigo 109 da Lei nº 8.666/1993 dispõe sobre os recursos administrativos aplicáveis contra atos realizados no curso dos procedimentos licitatórios.

Com base nesse dispositivo legal, é cabível o pedido de reconsideração de decisão de ministro de estado ou secretário estadual no caso de decisão

- a) de aplicar pena de advertência.
- b) de revogar a licitação.
- c) de inabilitar o licitante.
- d) que não caiba recurso administrativo.
- e) de declarar inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/479307

Questão 16: CEBRASPE (CESPE) - AJ (TRE BA)/TRE BA/Apoio Especializado/Psicologia/2017**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos, o prazo para interposição de

- a) recurso e representação será de dez dias úteis.
- b) representação e pedido de reconsideração será de cinco dias úteis.
- c) representação e pedido de reconsideração será de dez dias úteis.
- d) recurso e representação será de cinco dias úteis.
- e) recurso e pedido de reconsideração será de cinco dias úteis.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/512151

Questão 17: IBFC - Of Just (TJ PE)/TJ PE/2017**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Além de dispor sobre as peculiaridades no processo licitatório, a Lei nº 8.666/93 estabelece questões processuais observáveis durante a tramitação desse tipo de procedimento administrativo. Considerando a assertiva, assinale a alternativa que apresenta posicionamento correto sobre os recursos administrativos dispostos na citada norma.

- a) O recurso interposto em face da decisão que anulou ou revogou a licitação, não terá efeito suspensivo
- b) O recurso administrativo poderá ser interposto até 5 (cinco) dias corridos da intimação do ato ou da lavratura da ata
- c) Os prazos para interposição de recursos nos casos de licitações efetuadas na modalidade "carta convite" são de 2 (dois) dias úteis
- d) Recebido o recurso pela autoridade que praticou o ato, esta deverá encaminhar à autoridade superior, sem que realize juízo de retratação
- e) Não caberá recurso contra ato da autoridade administrativa que negar pedido de alteração de registro cadastral

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/540960

Questão 18: FCC - Ana (DPE RS)/DPE RS/Administração/2017**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Próximo do início do ano letivo, determinada administração municipal identificou que o material didático encomendado, já impresso e apresentado, continha erros formais e materiais que impediam sua utilização pelos alunos da rede pública. O administrador, diante dessa situação

- a) deve licitar uma contratação emergencial, abreviando o rito procedimental para que a conclusão, homologação e adjudicação do objeto aconteçam antes do início do ano letivo.
- b) deve rescindir o contrato de fornecimento anteriormente firmado, somente após o quê poderá dar início a novo certame para produção do material didático necessário.
- c) poderá realizar contratação emergencial para confecção do novo material necessário para fornecimento durante o ano letivo que se aproximava.
- d) deve recusar o recebimento do material, em se tratando de contrato por escopo, e exigir a entrega do objeto contratual nos moldes como contratado, sob pena de incidência das sanções contratuais.
- e) deve rescindir o contrato firmado e promover a contratação emergencial para fornecimento do material didático, a fim de garantir que no início do ano letivo todas as unidades de ensino tenham os livros necessários para as aulas regulares.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/541758

Questão 19: FAU UNICENTRO - TLeg (CM Mato Rico)/CM Mato Rico/2017**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Em conformidade com a Lei 8.666/1993, no que tange os recursos administrativos, é certo afirmar que:

- a) Em procedimento licitatório cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso habilitação ou inabilitação do licitante.
- b) Em procedimento licitatório cabe representação, no prazo de 7 (sete) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso habilitação ou inabilitação do licitante.
- c) Em procedimento licitatório cabe pedido de reconsideração ao Judiciário da comarca onde está a sede do ente licitante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso habilitação ou inabilitação do licitante.
- d) Em procedimento licitatório não cabe nenhum tipo de recurso no caso habilitação ou inabilitação do licitante.
- e) Em procedimento licitatório, no caso habilitação ou inabilitação do licitante, apenas é possibilitado ao interessado o ajuizamento de ação como meio de rediscussão do ato administrativo que se pretende impugnar.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/920654

Questão 20: INCAB (ex-FUNCAB) - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Acerca dos recursos administrativos em licitações, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) O Recurso apresentado pelo licitante nas hipóteses de inabilitação, desclassificação da proposta e indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.
- b) nenhum prazo de recurso ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado, exceto na representação, em que o processo fica retido no respectivo Tribunal de Contas ou em órgão de controle interno.
- c) Na contagem dos prazos estabelecidos na Lei de Licitações, excluir-se-á o dia do vencimento e incluir-se-á o do início, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- d) Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.
- e) Somente licitantes, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, poderão representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação da Lei de Licitações.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/431476

Questão 21: FUNDEP - ACom (CM S Lourenço)/Cm São Lourenço/2016

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Poderão ser apresentados recursos com relação aos atos da Administração Pública decorrentes da aplicação da Lei 8.666/93.

São casos em que cabe a apresentação de recursos administrativos previstos em Lei, **EXCETO**:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante.
- b) Homologação do procedimento licitatório.
- c) Julgamento das propostas.
- d) Anulação ou revogação de licitação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/877623

Questão 22: CESGRANRIO - Adv (PETRO)/PETROBRAS/Júnior/2015

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

As empresas WW, YY, NN e KK apresentam-se para submissão a certame perante sociedade de economia mista. Todas são habilitadas por apresentarem os documentos hábeis. Após o julgamento, é considerada vencedora a empresa KK. Irresignada, a empresa YY apresenta recurso administrativo.

Nos termos da lei geral de licitações, o

- a) recurso apresentado não impede a formalização do contrato.
- b) prazo para interposição do recurso tem início na data da intimação pessoal do licitante.
- c) julgamento do recurso deve ocorrer no prazo máximo de trinta dias.
- d) licitante vencedor e os demais participantes devem ser comunicados para apresentar impugnação.
- e) segundo colocado deve ser convocado para firmar o contrato.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/300570

Questão 23: SMA-RJ (antiga FJG) - Cons Leg (CM RJ)/CM RJ/Indústria, Comércio e Turismo/2015

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Em face dos atos da administração decorrentes da aplicação da Lei 8.666/93 (lei de licitações e contratos administrativos) cabe, dentre outros:

- a) recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata no caso de anulação ou revogação da licitação
- b) recurso, no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata no caso de aplicação da pena de multa ou advertência
- c) representação, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato administrativo
- d) pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis da intimação da decisão, do Secretário Municipal que inabilita o licitante

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/301872

Questão 24: VUNESP - Aud (DESENVOLVE)/DESENVOLVE SP/2014

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

O art. 109 da Lei de Licitações prevê a hipótese de interposição de recurso ante a habilitação ou inabilitação do licitante. Em qual prazo, contado da intimação do ato ou da lavratura da ata, este recurso deve ser interposto?

- a) 1 dia
- b) 2 dias
- c) 5 dias
- d) 7 dias
- e) 10 dias

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/210044

Questão 25: CCC IFCE - Ass (IF CE)/IF CE/Administração/2014

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

De acordo com a Lei nº 8.666/93, classifique os itens seguintes em verdadeiros (V) ou falsos (F).

- I. Do ato administrativo que julga as propostas cabe recurso no prazo de dez dias úteis.

- II.** Do ato administrativo que aplica as penas de advertência, suspensão temporária ou multa, cabe recurso no prazo de cinco dias úteis.
- III.** Do ato administrativo que anula ou revoga a licitação, não é cabível recurso administrativo.
- IV.** Dos atos administrativos decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, cabe pedido de reconsideração no prazo de dez dias úteis.
- V.** Na modalidade de carta-convite, o prazo para recursos e representações é de três dias úteis.

A sequência correta é

- a) V, F, V, F, V.
- b) F, V, F, V, F.
- c) V, V, F, F, V.
- d) F, F, V, V, F.
- e) V, V, V, F, F.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/659607

Questão 26: VUNESP - Ass (Pref Atibaia)/Pref Atibaia/Serviços de Planejamento e Finanças/Planejamento e Finanças/2014

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A Lei nº 8.666/93, art. 109, estabelece que dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem

- a) recurso, representação e impugnação.
- b) recurso, protesto e pedido de reconsideração.
- c) recurso, representação e pedido de reconsideração.
- d) representação, protesto e pedido de reconsideração.
- e) pedido de reconsideração, mandado de segurança e representação.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/813603

Questão 27: CETRO - AnaTA MCID/MCID/C6/2013

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Com relação aos atos da Administração decorrentes da Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe recurso, no prazo de 15 dias a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso de julgamento das propostas.
- b) Dos atos da Administração não cabem representação.
- c) Cabe pedido de reconsideração no caso de anulação ou revogação da licitação, no prazo de 5 dias.
- d) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 dias.
- e) O recurso será dirigido à mesma autoridade que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 10 dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/161365

Questão 28: CETRO - Ana Lic (CREF 4)/CREF 4/G50/2013

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Sobre a lei geral de licitações, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso administrativo contra decisão que inabilitou o licitante terá necessariamente efeito suspensivo.
- b) O recurso administrativo contra decisão que julgou as propostas em procedimento licitatório não terá efeito suspensivo.
- c) É vedado à autoridade competente conceder efeito suspensivo aos recursos administrativos que não detenham essa característica por previsão legal.
- d) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- e) É possível que os prazos recursais se iniciem ou corram sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/166757

Questão 29: CETRO - Ana Lic (CREF 4)/CREF 4/G50/2013

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Assinale a alternativa que contenha o prazo correto para o licitante que deseja recorrer de decisão administrativa que rescinde o contrato unilateralmente por escrito, alegando não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazo.

- a) 10 dias.
- b) 2 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 5 dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/166764

Questão 30: INCAB (ex-FUNCAB) - Adm (SESACRE)/SESACRE/2013

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A Lei Federal nº 8.666/1993 estabelece que dos atos da Administração decorrentes de sua aplicação cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata. São casos que cabem recursos, EXCETO:

- a) rescisão do contrato.
- b) julgamento das propostas.

- c) deferimento de inscrição cadastral.
- d) anulação ou revogação da licitação.
- e) habilitação ou inabilitação do licitante.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/279382**Questão 31:** INCAB (ex-FUNCAB) - Esc Pol (PJC MT)/PJC MT/2013**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Sobre o tema do controle da Administração Pública, é correto dizer que o recurso hierárquico próprio é aquele que:

- a) é endereçado à autoridade superior, podendo ser interposto sem necessidade de prévia disposição legal.
- b) é endereçado à autoridade que não ocupa posição de superioridade hierárquica, podendo ser interposto apenas nas hipóteses de expressa previsão legal.
- c) é endereçado à autoridade que ocupa posição superior ou não, podendo ser interposto apenas nas hipóteses de expressa previsão legal.
- d) é endereçado à autoridade que não ocupa posição de superioridade hierárquica, sem necessidade de prévia disposição legal.
- e) é endereçado à autoridade superior, podendo ser interposto apenas nas hipóteses de expressa previsão legal.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/434906**Questão 32:** COVEST-COPSET - Aux (UFPE)/UFPE/Administração/2013**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Qual o prazo para se impetrar um recurso nos casos de inabilitação de licitante?

- a) 02 dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata.
- b) 05 dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata.
- c) 08 dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata.
- d) 10 dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata.
- e) 10 dias consecutivos, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/762298**Questão 33:** FEPESE - Ana (CAU SC)/CAU SC/Compras, Contratos e Licitações/2013**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Em matéria de licitação e contrato administrativo, na modalidade de carta convite, o prazo para recurso contra a habilitação ou inabilitação do licitante é de

- a) dois dias.
- b) cinco dias.
- c) dois dias úteis.
- d) cinco dias úteis.
- e) dez dias úteis.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1008388**Questão 34:** CCMPM - Promo (MPM)/MPM/2013**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)SOBRE O DIREITO CIVIL E O DIREITO ADMINISTRATIVO, É **CORRETO** AFIRMAR QUE:

- a) Entre outros atos, segundo a Lei de Licitações, são recorríveis aqueles que deliberam sobre habilitação, julgamento de propostas e anulação ou revogação da licitação.
- b) Mesmo que complete dez anos no serviço prestado ao Exército Brasileiro, o militar temporário não passa a ter direito a estabilidade no cargo.
- c) A penalidade imposta em processo administrativo disciplinar é passível de revisão por mandado de segurança, pois não implica reexame do mérito administrativo.
- d) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não aplica a teoria do fato consumado mesmo nos casos em que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação consolidada.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1091300**Questão 35:** CEBRASPE (CESPE) - Esp GT (TELEBRAS)/TELEBRAS/Advogado/2013**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Com relação a licitação, julgue o item.

O prazo para a revisão dos atos praticados pela comissão licitante inicia-se após o encerramento dos trabalhos por ela conduzidos, computando-se o período de tramitação dos recursos administrativos eventualmente interpostos.

- Certo
- Errado

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1300622**Questão 36:** CEBRASPE (CESPE) - Adv (AGU)/AGU/2012**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética a respeito de licitações, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Caso uma empresa participante de concorrência pública apresente recurso em decorrência da publicação de ato que a declare inabilitada para o certame, tal recurso terá, necessariamente, efeito suspensivo.

- Certo
 Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/70547**Questão 37:** CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Técnico em Material e Patrimônio/2012**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada à luz da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

A declaração de inidoneidade de uma empresa foi publicada no primeiro dia de determinado mês. Nessa situação, o prazo para interposição do pedido de reconsideração deve ser contado a partir da data da publicação da declaração.

- Certo
 Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/75513**Questão 38:** CEBRASPE (CESPE) - Ana Proc (TJ RR)/TJ RR/2012**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Com fundamento nas disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais a respeito das licitações, dos contratos administrativos e do controle da administração pública, julgue o item subsequente.

No procedimento licitatório, é cabível recurso contra habilitação ou inabilitação, necessariamente dotado de efeito suspensivo.

- Certo
 Errado

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/180872**Questão 39:** CONSULPLAN - Cont (Uberlândia)/Pref Uberlândia/2012**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

É correto afirmar que, de acordo com a Lei nº 8.666/93, dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem recurso, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de

- I. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
- II. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.
- III. revogação da licitação, exceto em caso de anulação.
- IV. habilitação ou inabilitação do licitante.
- V. identificação do objeto a ser executado.

Estão corretas apenas as alternativas

- a) I, II, IV
 b) III, V
 c) I, III, V
 d) II, IV
 e) I, II, III, IV

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/227242**Questão 40:** CESGRANRIO - Prof Jun (BR)/BR/Direito/2012**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Após regular Tomada de Preços, uma empresa celebrou contrato administrativo para a execução de obra pública com ente público federal. No curso da execução contratual, a empresa deixou de cumprir uma série de obrigações contratuais, o que gerou a instauração de processo administrativo para verificação de sua inadimplência. Observado o devido processo legal, a autoridade pública competente aplicou à empresa a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 1 (hum) ano. A empresa, inconformada, pretende recorrer contra a aplicação da sanção.

O prazo para interposição do recurso administrativo, a contar da intimação do ato, e o efeito em que deve ser recebido são, respectivamente,

- a) 3 (três) dias úteis, e o recurso é dotado de efeito suspensivo.
 b) 3 (três) dias corridos, e o recurso é dotado de efeito devolutivo, sendo vedada a atribuição de eficácia suspensiva.
 c) 3 (três) dias corridos, e o recurso é dotado de efeito devolutivo, podendo ser-lhe atribuída eficácia suspensiva desde que necessária para a continuidade do serviço público.
 d) 5 (cinco) dias úteis, e o recurso poderá ser recebido no efeito suspensivo, por decisão motivada da autoridade competente, presentes razões de interesse público.
 e) 5 (cinco) dias úteis, e o recurso é dotado de efeito suspensivo.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/350409**Questão 41:** FMP - NeR (TJ AC)/TJ AC/Remoção/2012**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Com relação às licitações públicas e ao regime jurídico instituído pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, é correto afirmar que:

- a) o recurso administrativo interposto com relação à habilitação ou inabilitação terá efeito suspensivo.
- b) somente os licitantes estão legitimados a impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação do Estatuto das Licitações.
- c) os crimes definidos na referida lei são de ação penal pública condicionada à representação do interessado, cabendo ao Ministério Público promovê-la.
- d) as hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas no artigo 25 da referida lei são taxativas.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/554267

Questão 42: IAUPE - Ana (JUPEPE)/JUPEPE/Registro Empresarial/2012

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A empresa XYZ, participante de um certame licitatório na modalidade convite, não se conformando com a anulação do procedimento licitatório, poderá ingressar com recurso administrativo no prazo de

- a) 5 dias, a contar da decisão da Administração.
- b) 5 dias, a contar da intimação do ato.
- c) 15 dias, a contar da intimação do ato.
- d) 2 dias, a contar da intimação do ato.
- e) 3 dias, a contar da decisão da Comissão de Licitação.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/726330

Questão 43: COPEVE (UFAL) - Tec (MPE AL)/MPE AL/"Sem Área"/2012

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Assinale a opção que condiz com o disciplinado legal dos recursos administrativos fixado pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos.

- a) Cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso de habilitação ou inabilitação do licitante.
- b) representação, no prazo de 8 (oito) dias úteis, da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- c) Cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso de indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.
- d) Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite", o prazo estabelecido para a representação será de 2 (dois) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- e) Cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/885758

Questão 44: NEC UFMA - Med (UFMA)/UFMA/Medicina do Trabalho/2012

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

De acordo com os recursos administrativos previstos na Lei n. 8.666/93, assinale a opção correta:

- a) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- b) Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada à Administração Pública.
- c) Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos para recurso, representação e impugnação serão de dois dias úteis.
- d) O recurso será dirigido ao Presidente da República, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- e) O recurso de habilitação do licitante e o julgamento das propostas terá efeito devolutivo, podendo a autoridade competente, sem motivação, atribuir ao recurso interposto eficácia translativa aos demais recursos.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/1063007

Questão 45: UNIVALI - Ass (CM Itajaí)/CM Itajaí/Contratos e Licitações/2012

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Em relação aos atos da administração decorrentes da aplicação da Lei 8.666/93, cabe recurso da habilitação ou inabilitação de licitantes, desde que proposto no prazo de:

- a) 15 dias.
- b) 3 dias.
- c) 10 dias.
- d) 5 dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/1063873

Questão 46: CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE PI)/MPE PI/Processual/2012

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Julgue o item que se segue, referente ao instituto da licitação e ao controle da administração pública.

É inconstitucional a exigência de depósito prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade do primeiro recurso administrativo interposto pelo particular em face de determinado ato administrativo, ilegitimidade que não se estende aos demais recursos cabíveis.

- Certo
- Errado

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/1299331

Questão 47: CESGRANRIO - PB (BNDES)/BNDES/Administração/2011**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Uma empresa participou de procedimento licitatório, na modalidade tomada de preços, tendo sido regularmente habilitada na fase inicial do certame. Porém, na fase de julgamento das propostas, foi desclassificada por incompatibilidade de sua proposta com as exigências editalícias. Inconformada, a empresa licitante pretende recorrer contra a decisão que, na fase de julgamento das propostas, a desclassificou do certame.

O prazo para interposição do recurso administrativo, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, é de

- a) 24 horas
- b) 48 horas
- c) 3 dias corridos
- d) 5 dias úteis
- e) 8 dias úteis

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/80968

Questão 48: FEPESE - Proc (Florianópolis)/Pref Florianópolis/2011**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Em relação aos recursos administrativos previsto na Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Os recursos têm efeito devolutivo e suspensivo.
- b) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo legal.
- c) Cabe representação, da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- d) Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- e) Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de carta convite, os prazos recursais são reduzidos para dois dias úteis.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/263934

Questão 49: IF RS - Ana TI (IF RS)/IF RS/2011**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei 8666/1993 cabem recurso, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- b) julgamento das propostas, no prazo de 3 (três) dias úteis.
- c) anulação ou revogação da licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, no prazo de 3 (três) dias úteis.
- e) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/986400

Questão 50: FGV - ARE (AP)/SEAD AP/2010**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Nos casos de anulação de uma licitação na modalidade Convite e de inabilitação do licitante em uma Concorrência Pública, cabem recursos, no prazo de:

- a) 5 (cinco) dias em ambos.
- b) 5 (cinco) dias úteis em ambos.
- c) 5 (cinco) dias úteis e 5 (cinco) dias, respectivamente.
- d) 2 (dois) dias úteis e 5 (cinco) dias úteis, respectivamente.
- e) 3 (três) dias úteis e 5 (cinco) dias úteis, respectivamente.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/39603

Questão 51: FGV - FRE (AP)/SEAD AP/2010**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

No que tange aos Recursos Administrativos cabíveis dos atos decorrentes da licitação, é correto afirmar que:

- a) os recursos contra a habilitação ou inabilitação de licitantes poderão ter efeito suspensivo em razão da faculdade discricionária da Administração.
- b) o prazo para interposição de recurso no caso de revogação da licitação efetuada na modalidade convite será de 2 (dois) dias úteis.
- c) os licitantes habilitados somente poderão exercer a faculdade recursal se forem desclassificados nas fases de julgamento das propostas técnicas e das propostas de preço, nas licitações do tipo "melhor técnica" e "técnica e preço".
- d) o prazo para interposição de recurso terá início a partir da intimação do ato ou lavratura da ata, ainda que os autos do processo não estejam com vista franqueada ao interessado.
- e) a intimação dos interessados quanto ao ato de julgamento das propostas deve ser, em qualquer hipótese, cumprida mediante publicação na imprensa oficial, a fim de que não se restrinja o direito de recurso.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/39764

Questão 52: FCC - Ana Leg (ALESP)/ALESP/Direito/Lei de Licitações, Direito Administrativo e Público/2010**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A observância do princípio da ampla defesa expressa-se, dentre outras hipóteses, pela possibilidade de apresentação de recursos administrativos em várias das fases do procedimento de licitação.

Em relação às modalidades de recurso previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é correto afirmar:

- a) Admite-se a interposição de recurso apenas até a fase de julgamento das propostas.
- b) Ao recurso interposto nos casos de habilitação ou inabilitação é conferido efeito suspensivo.
- c) Ao recurso interposto na fase de julgamento das propostas é vedado conferir efeito suspensivo, a fim de evitar o prolongamento indevido do procedimento.
- d) Aos recursos previstos para interposição em qualquer fase do procedimento de licitação a autoridade competente deverá atribuir efeito suspensivo, mediante requerimento do interessado.
- e) É vedada a apresentação de recurso administrativo na fase de habilitação, devendo eventual licitante inabilitado recorrer às medidas judiciais cabíveis.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/570392

Questão 53: IAUPE - Ana (SUAPE)/SUAPE/Contábil/2010

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Assinale a alternativa **incorreta** quanto aos recursos administrativos, previstos na Lei nº 8.666/93.

- a) Podem ser interpostos quanto ao resultado da habilitação e do julgamento das propostas no prazo máximo de cinco dias úteis para todas as modalidades de licitação.
- b) Podem ensejar a reconsideração da decisão anterior pela comissão de licitação, sem necessidade de anuência da autoridade superior.
- c) Podem ser interpostos, quando houver rescisão contratual unilateral.
- d) Não são cabíveis frente à aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- e) Podem ser interpostos, quando houver cancelamento da inscrição no registro cadastral.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/884825

Questão 54: CEBRASPE (CESPE) - Ana (FINEP)/FINEP/Administração de Materiais e Licitações/2009

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A respeito de recursos administrativos nas licitações, assinale a opção correta.

- a) Em respeito ao princípio da supremacia do interesse público, qualquer cidadão é parte legítima para apresentar recurso no âmbito dos procedimentos licitatórios.
- b) Os recursos interpostos contra decisão de habilitação ou inabilitação de licitante e contra o julgamento das propostas têm efeito suspensivo.
- c) Nas hipóteses de revogação ou anulação da licitação, por ato da administração, não cabe recurso administrativo, ressalvada a via judicial para a solução de eventual controvérsia.
- d) O recurso deve ser dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, não existindo previsão legal para a reconsideração da decisão proferida e publicada.
- e) Exceto na hipótese de licitação na modalidade concorrência, nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/201200

Questão 55: Com. Exam. (MPE GO) - PJ (MPE GO)/MPE GO/2009

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Quanto aos recursos administrativos nas licitações é incorreto afirmar exceto:

- a) No que se refere à licitação, cabe recurso hierárquico, no prazo de três dias úteis, a contar da intimação do ato.
- b) A representação é prevista como recurso contra decisão relacionada com o objeto da licitação, da qual não caiba recurso hierárquico, no prazo de três dias úteis, contados da intimação.
- c) O pedido de reconsideração deve ser interposto, no prazo de cinco dias, quando o administrado for punido com penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.
- d) Apenas os recursos contra habilitação ou inabilitação e contra julgamento das propostas tem efeito suspensivo.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/499590

Questão 56: FCC - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2009

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

De acordo com a Lei nº 8.666/93, no procedimento licitatório

- a) admitem-se apenas os recursos de pedido de esclarecimentos, impugnação e pedido de reconsideração.
- b) nenhum recurso terá efeito suspensivo, a não ser que a autoridade administrativa competente assim o receba.
- c) não cabe recurso contra o indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral.
- d) os prazos recursais serão todos de 3 (três) dias úteis, se a licitação se desenvolver sob a modalidade de carta-convite.
- e) o recurso contra a habilitação ou inabilitação dos licitantes terá efeito suspensivo.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/875475

Questão 57: CEBRASPE (CESPE) - Ass Tec (TCE-RN)/TCE-RN/Controle e Administração/2009

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Sobre a Lei n.º 8.666/1993, que regulamenta o procedimento de licitação pública, julgue o item a seguir.

Existe previsão legal expressa para conferir efeito suspensivo no recurso administrativo nas hipóteses de habilitação ou inabilitação de licitante e contra o julgamento das propostas.

- Certo
 Errado

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1377251**Questão 58:** FCC - Aud (TCE-SP)/TCE-SP/2008**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

No regime da Lei nº 8.666/93, a decisão de inabilitação de participante em licitação enseja a apresentação, pelo prejudicado, de

- a) recurso.
 b) pedido de reconsideração.
 c) representação.
 d) recurso hierárquico impróprio.
 e) pedido de supervisão.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/77879**Questão 59:** CESGRANRIO - Ana Amb (INEA)/INEA/AUDITOR/2008**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

O prazo de 2 (dois) dias úteis para recurso administrativo contra anulação de licitação é aplicável à(ao)

- a) representação nas modalidades tomada de preço e carta-convite.
 b) representação em qualquer modalidade licitatória.
 c) pedido de reconsideração em qualquer modalidade licitatória.
 d) recurso hierárquico na licitação da modalidade carta-convite.
 e) recurso hierárquico na licitação da modalidade tomada de preços.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/176613**Questão 60:** FCC - RAC (TCE-MG)/TCE-MG/2007**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Sobre licitações públicas, é correto afirmar que

- a) o pregão é modalidade de licitação que admite as formas presencial ou eletrônica e cuja adoção faz-se, por lei, obrigatória nas compras e contratações de serviços comuns pela União.
 b) quando do pronunciamento do resultado final de classificação das propostas, o licitante vencedor adquire o direito subjetivo de contratar com a Administração, sendo vedado ao Poder Público revogar o procedimento licitatório.
 c) as hipóteses de dispensa de licitação apresentadas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93) são exemplificativas.
 d) é admissível a interposição de recurso administrativo nos casos de habilitação ou inabilitação de licitante, assim como no de julgamento das propostas, sendo que, em ambos os casos, o recurso terá efeito suspensivo.
 e) compete privativamente à União legislar sobre as normas gerais e especiais de licitação aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/730777**Questão 61:** IAUPE - Ass Des (EMPREL)/EMPREL/Recursos Humanos/2007**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Para apontar a uma autoridade uma irregularidade em assunto ou serviço pelo qual não é responsável, o servidor se utiliza de

- a) requerimento.
 b) intimação.
 c) notificação.
 d) representação.
 e) aviso.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/854538**Questão 62:** CETRO - Ag Fisc (TCM SP)/TCM-SP/Escrivão de Ata/2006**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A firma X participou de uma licitação na Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP e, após esgotar todos os recursos hierárquicos previstos na legislação pertinente, decide recorrer de determinado fato ocorrido durante o procedimento licitatório, não objeto de decisões anteriores. Deverá a empresa recorrente entrar com um pedido de

- a) reclamação.
 b) reconsideração da decisão da última autoridade.
 c) representação da decisão.
 d) recurso hierárquico impróprio.
 e) revogação do procedimento.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/173636**Questão 63:** CETRO - Ag Fisc (TCM SP)/TCM-SP/Escrivão de Ata/2006**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Entende-se por efeito devolutivo de um recurso administrativo

- a) o efeito que devolve o conhecimento da matéria para a autoridade prevista em lei ou ao superior hierárquico para seu exame.
- b) o efeito que interrompe os efeitos de uma decisão.
- c) o efeito que devolve o processo à mesma autoridade que proferiu a decisão.
- d) o efeito que considera rejeitado o recurso na esfera administrativa.
- e) o efeito que encerra o processo administrativo sem exame do mérito.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/173644

Questão 64: FUNDEP - DP MG/DPE MG/2004

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Marque, abaixo, a afirmativa INCORRETA:

- a) Pregão é uma das modalidades de licitação.
- b) Contra o ato que homologa licitação, não cabe recurso administrativo.
- c) Contra o ato que revoga licitação, cabe recurso administrativo.
- d) Em todas as modalidades de licitação, exceto convite, o prazo para interposição de recurso administrativo é de 5 dias úteis.
- e) Contra o ato que habilita participante em licitação, cabe recurso administrativo.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/166412

Questão 65: CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Serviços Gerais/Segurança e Transporte/2004

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça foi designado pelo ministro como presidente da comissão de licitação para construção do primeiro presídio federal na cidade de Brasília – DF. A obra é motivada pelo grande aumento do crime organizado no país e, sobretudo, pela necessidade de isolar os líderes que controlam suas facções de dentro dos estabelecimentos prisionais das capitais dos estados. A previsão do custo da obra é de R\$ 15.000.000,00.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item seguinte, relativo à Constituição Federal e à Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações.

A comissão de licitação instituída pelo ministro de Justiça será responsável pelo julgamento dos recursos e impugnações do procedimento licitatório, não podendo os participantes, em face do princípio da separação dos poderes, acionar o Poder Judiciário.

- Certo
- Errado

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/471512

Questão 66: FCC - AJ TRT23/TRT 23/Administrativa/"Sem Especialidade"/2004

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Nas licitações nas modalidades concorrência e tomada de preços, o prazo para recorrer em face dos atos de habilitação ou inabilitação do licitante ou de julgamento das propostas é de

- a) 3 dias, contados da lavratura da correspondente ata; e, na modalidade de pregão, o licitante deverá recorrer no prazo de 5 dias úteis, contado da lavratura da ata da sessão pública de abertura dos envelopes contendo as propostas, ou da publicação do respectivo ato.
- b) 3 e 5 dias, respectivamente, contados da publicação do ato de entrega dos envelopes contendo as propostas; e, na modalidade de pregão, o licitante poderá recorrer até o 1º dia útil subsequente ao da sessão pública de abertura dos envelopes, apresentando as suas razões.
- c) 3 e 5 úteis, respectivamente, contados das lavraturas das correspondentes atas; e, na modalidade de pregão, o licitante deverá recorrer até o 3º dia consecutivo ao da apresentação das propostas, mediante o protocolo de suas razões.
- d) 5 dias úteis, da intimação do ato ou da lavratura da ata; e, na modalidade de pregão, o licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente na sessão pública de abertura dos envelopes, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 dias para apresentação das razões do recurso.
- e) 8 dias úteis, contados da lavratura do correspondente ato; e, na modalidade de pregão, o licitante deverá apresentar as razões do recurso na mesma sessão pública designada para a abertura dos envelopes contendo as propostas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/531388

Questão 67: ESAF - Ana MPU/MPU/Orçamento/2004

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Dos atos da Administração, decorrentes de aplicação da Lei nº 8.666/93, em matéria de licitação ou contrato, no caso de julgamento das propostas, cabe recurso administrativo, no prazo de

- a) 5 dias úteis, sem efeito suspensivo.
- b) 10 dias úteis, sem efeito suspensivo.
- c) 15 dias consecutivos, sem efeito suspensivo.
- d) 10 dias úteis, com efeito suspensivo.
- e) 5 dias úteis, com efeito suspensivo.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/questoes/586039

Questão 68: CEBRASPE (CESPE) - ATSNS (MEC)/MEC/Administrativa/2003

Assunto: Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A aquisição de bens e serviços pela administração pública está sujeita a normas específicas, definidas em lei. Dos atos da administração decorrentes da aplicação dessa legislação cabem pedido de reconsideração ao ministro de Estado, ou ao secretário estadual ou municipal, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de

habilitação ou inabilitação de licitante.

- Certo
 Errado

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1303468**Questão 69:** CEBRASPE (CESPE) - ATSNS (MEC)/MEC/Administrativa/2003**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A aquisição de bens e serviços pela administração pública está sujeita a normas específicas, definidas em lei. Dos atos da administração decorrentes da aplicação dessa legislação cabem pedido de reconsideração ao ministro de Estado, ou ao secretário estadual ou municipal, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de

julgamento de propostas.

- Certo
 Errado

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1303469**Questão 70:** CEBRASPE (CESPE) - ATSNS (MEC)/MEC/Administrativa/2003**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A aquisição de bens e serviços pela administração pública está sujeita a normas específicas, definidas em lei. Dos atos da administração decorrentes da aplicação dessa legislação cabem pedido de reconsideração ao ministro de Estado, ou ao secretário estadual ou municipal, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de

anulação ou revogação de licitação.

- Certo
 Errado

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1303470**Questão 71:** CEBRASPE (CESPE) - ATSNS (MEC)/MEC/Administrativa/2003**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

A aquisição de bens e serviços pela administração pública está sujeita a normas específicas, definidas em lei. Dos atos da administração decorrentes da aplicação dessa legislação cabem pedido de reconsideração ao ministro de Estado, ou ao secretário estadual ou municipal, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de

aplicação de pena de advertência, suspensão temporária ou de multa.

- Certo
 Errado

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/1303820**Questão 72:** ESAF - ASS CHAN (MRE)/MRE/2002**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

Nos procedimentos licitatórios, dos atos da Administração, que resultarem em anulação ou revogação da licitação, é cabível recurso, no prazo de

- a) 3 dias.
 b) 5 dias.
 c) 10 dias.
 d) 15 dias.
 e) 30 dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/310128**Questão 73:** ESAF - AFC (CGU)/CGU/2001**Assunto:** Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração (art. 109, lei 8666)

No procedimento da licitação, não é cabível recurso administrativo, em sentido estrito, no prazo de 5 dias úteis, no caso de

- a) inabilitação de licitante
 b) revogação da licitação
 c) julgamento das propostas
 d) adjudicação
 e) habilitação de licitante

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/questoes/12574

Gabarito

1) D	2) B	3) E	4) C	5) C	6) B	7) C
8) D	9) E	10) B	11) A	12) A	13) A	14) B
15) E	16) D	17) C	18) D	19) A	20) D	21) B
22) D	23) A	24) C	25) B	26) C	27) D	28) A
29) E	30) C	31) A	32) Anulada	33) C	34) A	35) Errado
36) Certo	37) Errado	38) Certo	39) A	40) D	41) A	42) Anulada
43) D	44) C	45) D	46) Errado	47) D	48) A	49) C
50) D	51) B	52) B	53) A	54) B	55) D	56) E
57) Certo	58) A	59) D	60) D	61) D	62) C	63) A
64) D	65) Errado	66) D	67) E	68) Errado	69) Errado	70) Errado
71) Errado	72) B	73) D				